

O Convento de S. Domingos das Donas de Santarém: um renascer no século XIX

The Convent of Saint Dominic of the “Donas” in Santarém: a revival in
the 19th century

Fernanda Maria Guedes de Campos¹

Resumo

O convento de S. Domingos das Donas em Santarém, da Ordem dos Pregadores, foi fundado em 1246, envolto numa polémica que opôs Franciscanos e Dominicanos. Contribuiu para a importância da

¹ A autora tem Licenciatura em História (UL) e Doutoramento em História Moderna (NOVA FCSH). É Investigadora integrada do Centro de Humanidades – CHAM NOVA/FCSH e UAç, investigadora associada do Centro de Estudos de História Religiosa – CEHR/UCP e Investigadora do Centro de Investigação Professor Doutor Veríssimo Serrão - CIJVS. As suas áreas de interesse são a História das ordens religiosas e suas instituições bem como a História do Livro, da Leitura e das Bibliotecas. Publicou recentemente, pela editora Caleidoscópio: *Para se achar facilmente o que se busca: bibliotecas, catálogos e leitores no ambiente religioso (séc. XVIII)*, 2015 e *A ordem das Ordens religiosas. Roteiro identitário de Portugal (séculos XII-XVIII)*, 2017. Coordenou o projeto da UCP/CEHR “Conventos e mosteiros de Portugal (1096-1910): espacialidades e temporalidades”, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian.

The author has a Licence degree in History (UL) and a Doctorat in Modern History (NOVA FCSH). She is Integrated researcher at the Center for Humanities – CHAM NOVA/FCSH e UAç, Associated researcher at the Center for Studies in Religious History – CEHR/UCP and Researcher at the Research Center Professor Doctor Veríssimo Serrão – CIJVS. Her interest themes are: History of religious orders and their institutions, as well as History of the Book, Reading and Libraries. She recently published, by Caleidoscópio publishing house: *Para se achar facilmente o que se busca: bibliotecas, catálogos e leitores no ambiente religioso (séc. XVIII)*, 2015 e *A ordem das Ordens religiosas. Roteiro identitário de Portugal (séculos XII-XVIII)*, 2017. She coordinated the UCP/CEHR project “Convents and monasteries of Portugal (1096-1910): in space and time” supported by the Calouste Gulbenkian Foundation.

Santarém medieval, revelando-se, ao longo dos séculos, como um estabelecimento socialmente relevante. Após ter sido saqueado ao tempo das invasões francesas (1807-1810), as religiosas refugiaram-se no convento de Santa Joana, em Lisboa. Com a extinção dos conventos em 1834 e o encerramento imediato das casas masculinas, os respetivos bens móveis foram arrolados, constituindo-se um Depósito em Lisboa para os recolher e distribuir, de acordo com critérios estabelecidos. As Donas foram autorizadas a regressar em 1842 e requereram obras de arte para ornamentar o seu convento. Neste artigo pretendemos 1) apresentar uma breve história do convento 2) relatar as ações empreendidas pelas Donas e os resultados obtidos, conforme fontes documentais 3) percorrer o destino do convento até à extinção em 1895.

Palavras-chave: Convento das Donas, Santarém, Património artístico religioso, Extinção das ordens religiosas, Século XIX.

Abstract

The convent of S. Domingos das Donas at Santarém, of the Order of Preachers, was founded in 1246, involved in a controversy between Franciscans and Dominicans. Over time, the convent contributed to the importance of medieval Santarém, and became socially relevant. It was looted during the French invasions (1807-1810) and the nuns took sanctuary at the convent of Santa Joana, in Lisbon. The extinction of religious orders in 1834 determined the immediate closing of masculine convents and the seizing of its movable heritage in a Deposit in Lisbon, for distribution according to established criteria. The Donas were allowed to return in 1842 and applied for paintings to adorn the convent. This article aims: 1) to

briefly present the convent's history 2) to report the actions and achieved results developed by the nuns, as described in archival documents 3) to unfold the life of the convent until its closing in 1895.

Keywords: Convent of the Donas, Santarém, Religious artistic heritage, Extinction of religious orders, 19th century.

1. As ordens religiosas em Santarém (século XIII)

A instalação das ordens religiosas na Santarém medieval está devidamente estudada, nomeadamente em termos da relevância da sua presença no desenvolvimento da urbe e na conseqüente atração e fixação populacional que a presença assídua da corte estimulava.² Atendendo apenas ao século XIII, vemos que os Trinitários são os primeiros a fundar em Santarém, estabelecendo em 1208 o seu convento dedicado à Santíssima Trindade, o qual foi, também, a sua primeira fundação no país. As circunstâncias em que surge esta Ordem ligam-se com a sua principal missão no resgate de cativos e a práticas de hospitalidade. Os Trinitários tiveram acolhimento e apoio, no seu início, por parte de D. Sancho I que lhes fez avultadas doações e foi patrono do convento de Santarém (CAMPOS, 2017: 381).

Das duas principais ordens mendicantes, foram os Dominicanos os primeiros a instalar-se, logo em 1218, com um

² V. a propósito BEIRANTE, Maria Ângela, *Santarém medieval*. Lisboa, Universidade Nova-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1980; MATOSO, Luís Montês, *Santarém ilustrada*. Transcrição do texto e estudo introdutório Martinho Vicente Rodrigues. Santarém, Junta de Freguesia de Marvila, 2011.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Santarém: história e arte*. Ed. facsimilada, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2011 e SERRÃO, Vítor, *Santarém*. Lisboa, Presença, 1990.

pequeno cenóbio consagrado a Nossa Senhora das Neves, erigido sob a proteção da infanta D. Sancha, irmã de D. Afonso II, na serra de Montejunto, de acordo com o cronista da Ordem Frei Luís de Sousa. Rapidamente transferido, por razões de salubridade, para Montiraz, junto a Santarém, também aí não permaneceu devido à distância em relação à urbe e passou, finalmente, para a vila, em 1225, com a fundação do convento de Nossa Senhora da Oliveira, tomando a invocação da ermida onde primeiro se fixaram os religiosos (CASANOVA, 1997: 87-97). O convento ficou, sobretudo, conhecido pela invocação de S. Domingos, fundador da Ordem, usada na maioria dos conventos masculinos criados em Portugal³. Dedicados a uma missão de apostolado, ensino e pregação, em meio urbano, a instalação dos Dominicanos em Santarém, sede frequente da corte neste início do século XIII, foi seguida, rapidamente, pelas fundações noutras urbes importantes: Coimbra (1227), Porto (1238) e Lisboa (1242) e, no ramo feminino, pelo convento das Donas de Santarém (1246).

À presença dos Dominicanos veio juntar-se a dos Franciscanos, outra ordem especialmente ligada à ação junto das populações, com uma vivência de grande mobilidade e intervenção direta no quotidiano das pessoas. Em Santarém, fundam convento em 1242 e, no ramo feminino, a 2^a Ordem ou Ordem de Santa Clara, estabelece-se em 1258. A própria escolha espacial em que foram construídos os conventos e respetivas igrejas vai marcar, indelevelmente, a ampliação do casco urbano de Santarém⁴. Porém, daí resultaram

³ Para uma visão geral sobre a implantação inicial dos Dominicanos em Portugal v. SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira, Os primórdios da presença dominicana em Portugal, 1220-1418. In: *Os Dominicanos em Portugal, 1216-2016*. Lisboa, UCP-CEHR, 2018, pp. 9-26.

⁴ V. a propósito VIANA, Mário, *Espaço e povoamento numa vila portuguesa (Santarém 1147-1350)*. Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2007.

conflitos e rivalidades que, em certos casos, tiveram de ser dirimidas pelas autoridades competentes. A fundação do convento de S. Domingos das Donas integra-se nesse quadro conflitual de poderes e espaços, como vamos ver.

2. Breve história do convento de S. Domingos das Donas

Gozavam os Pregadores de forte apoio papal para o seu convento de Santarém, e beneficiavam da presença e ação de personalidades relevantes como Frei Soeiro Gomes que fora companheiro de S. Domingos, e S. Frei Gil. Neste contexto surge a “necessidade” de constituir uma comunidade feminina não por iniciativa direta da Ordem ou por ação de patronato régio ou de membros da sociedade civil e religiosa, mas sim por imperativo prático. De acordo com Frei Luís de Sousa, existiria um grupo de “emparedadas” iniciado por uma mulher, que o cronista refere ser de origem nobre, de seu nome Elvira Duranda, que viviam em reclusão eremítica, usando hábito de dominicanas (Cit. em SOUSA, dir., 2016: 395). Não tinham estatuto formal, mas eram se não abertamente protegidas, pelo menos toleradas, pelos Dominicanos⁵.

A sua presença física de proximidade aos Franciscanos, desde 1246, apontada por Frei Luís de Sousa bem como o facto de ter sido fundado, em 1258, o convento de Santa Clara, origina um conflito que vai opor por vários anos as duas ordens. Assim, podemos perceber que “a intervenção dos franciscanos revela bem o incómodo sentido com esta presença das reclusas, protegida pelos Pregadores e tão próxima,

⁵ Para um conhecimento mais amplo sobre o fenómeno do emparedamento feminino, na época medieval v. DIAS, Paula Barata, Para uma compreensão da Clausura Monástica e Emparedamento enquanto fenómenos históricos e religiosos. *Medievalista*, 18 (2015). <https://doi.org/10.4000/medievalista.1127>.

que poderia, por tudo isso, dificultar o projecto de uma comunidade de menoretas, na atracção e recrutamento das mulheres escalabitanas” (FONTES, ANDRADE, SANTOS, 2017: 396).

É em 1261 que o conflito se resolve, com a intervenção de D. Afonso III e do papa Urbano IV, e assim libertou-se o espaço ocupado pelas reclusas, consolidou-se a instituição de um primeiro convento de Dominicanas e esclareceram-se as áreas de ação de Pregadores e Franciscanos. (Id., *ibid*: 386).

O convento das Donas foi construído no sítio da ermida de Santa Maria Madalena, em terrenos cedidos pelos Pregadores e foi formalmente admitido na Ordem, em 1287, por ocasião do Capítulo Geral, celebrado em Bordéus. Para a edificação concorreram esmolas dos moradores da vila, e parentes das congregadas, tendo sido uma benfeitora de nome Estevainha Peres de Cazevel quem pagou os custos da construção da igreja⁶. Para além da comunidade de “emparedadas” teriam vindo do convento de Chelas duas religiosas, uma das quais, Maria Mendes de Ansião, assumiu as funções de primeira priora das Donas (SOUSA, dir., 2016: 395)⁷. Confirmada

⁶ Cf. “Mosteiro de São Domingos das Donas de Santarém”, disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4380755> e “Ordem dos Pregadores. Mosteiro de S. Domingos das Donas de Santarém – Instrumento de descrição arquivística L 768”, disponível em: <https://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2020/12/ID-L-768-PT-TT-MSDDS-2020-v2.pdf>

⁷ Esta matéria suscita algumas dúvidas na atual investigação, conforme transcrevemos: “O caso dos mosteiros dominicanos femininos é menos claro e espera ainda um estudo mais pormenorizado. São conhecidas, efetivamente, as hesitações da Ordem, ao longo de todo o século XIII, em assumir a cura monialum das comunidades femininas que procuravam a sua orientação e assistência, tal como o processo gradual de “regularização” a que sujeita esses grupos de mulheres que orbitavam em torno dos seus conventos e que desejavam viver uma vida de maior perfeição religiosa. Provavelmente, são essas hesitações que estão na origem do abandono, pelas freiras dominicanas, do mosteiro de Chelas no século XIII, e das dificuldades sentidas em relação às emparedadas que, em Santarém, surgem [...] na segunda metade desse século e cuja relação com a fundação do mosteiro feminino de São Domingos das Donas [...] está ainda por esclarecer”. (FONTES, ANDRADE, RODRIGUES, 2020: 18).

em 1290 por Frei Gonçalo Origues que recebera a incumbência do Capítulo Geral, foi também este dominicano encarregue de receber a profissão das religiosas do novo convento, estabelecer a observância da Regra e governá-lo, enquanto seu prior. O papa Clemente V confirmou, em 1305, a pertença do convento à Ordem dos Pregadores⁸.

D. Dinis deu carta de privilégio às “donas” permitindo-lhes que conservassem o usufruto dos bens com que tinham entrado em religião e autorizando a que recebessem outros como herança. Porém, como a carta não recebera os selos indispensáveis tornou-se necessária a confirmação régia. A situação é descrita na Carta de privilégio de D. Afonso IV ao Mosteiro de São Domingos de Santarém, de 1328⁹. Nela o monarca ordena que se cumpram as disposições que o rei seu pai fizera, em favor do convento. É interessante referir que as freiras se queixavam que “nam aviam comque se manteer”, razão que também dispõe D. Afonso IV em seu favor, mas durante um período de dois anos, findo o qual se veria da utilidade da concessão. Recordamos que essa situação de penúria já estava identificada poucos anos antes: “No Catálogo das comendas, mosteiros e igrejas do Reino, elaborado em 1320-21, o convento foi taxado em 120 libras, um dos valores mais baixos das casas religiosa, pertencentes ao bispado de Lisboa.” (SOUSA, dir., 2016: 395).

Não obstante, o convento conheceu, posteriormente, tempos de grande prestígio, tornando-se a sua igreja um lugar de proteção e

⁸ Relativamente ao edifício e à igreja, sua arquitetura e decoração, especialmente no que respeita à sua integração no conjunto dos monumentos religiosos de Santarém, v. CUSTÓDIO, Jorge, *Património monumental de Santarém: Inventário, estudos descritivos*. Santarém: Câmara Municipal de Santarém, 1997.

⁹ Cf. CARTA DE D. AFONSO IV DE PRIVILÉGIO AO MOSTEIRO DE SÃO DOMINGOS DE SANTARÉM (1328). ANTT, Junta das Confirmações Gerais, Maço 11, Doc. 12. Publicado em: *Fragmenta Historica*. 9 (2021), pp. 99-100. Transcrição de Inês Olaia.

tumulação de importantes famílias nobres. Como exemplo, era na capela-mor da igreja do convento que existiam os túmulos de Martim Afonso de Castro, vice-rei da Índia e de sua mulher D. Margarida de Távora e, ainda os do primeiro conde de Unhão e de sua mulher, D. Francisca de Castro¹⁰. Referimos, brevemente, outros eventos importantes que ocorreram na história do convento das Donas: em 1513, procedeu-se à reforma da comunidade, tendo vindo, no mês de agosto, um grupo de seis freiras reformadoras procedentes do convento de Jesus de Aveiro. Em 1748, houve um incêndio no convento que provocou grande ruína¹¹. Em 1833, a 29 de outubro, uma ordem do rei D. Miguel obrigou à saída das religiosas do edifício. A comunidade foi alojar-se no convento de Santa Joana, em Lisboa¹². Em 1834, pelo Decreto de 28 de maio, foram extintas as instituições religiosas regulares, com efeito imediato para as masculinas. As casas femininas continuavam, porém, sem poder receber novos membros, sujeitas aos respetivos bispos até à morte da última religiosa, quando se dava,

¹⁰ Para mais informação v. DIREÇÃO GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL. Convento das Donas, SIPA-Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6763.

¹¹ Deu origem a dois poemas que foram publicados sem menção do local, editor e data de impressão. O primeiro intitula-se “Romance feito à ruína do Convento de Sam Domingos das Donas da villa de Santarém pelo Reverendo Padre Frei Ignácio Xavier do Couto, religioso da Santíssima Trindade, dado à luz pelo Reverendo Padre Jozé de Oliveira Barreto” [2 p.]; o segundo começa do seguinte modo: “Ao M. Reverendo Senhor Fr. Ignácio Xavier do Couto, autor do Romance feito à ruína do Convento [...] oferece Simão Nunes Rangel da Sylva Franco, dado à luz por mão do Padre António Caetano de Seixas, o seguinte romance indicasilabo” [2 p.]. Cf. BNP. L. 1384//36 A.

¹² Os Dominicanos criaram em Lisboa, um colégio e hospício, no ano de 1699, para servir os missionários da Índia, consagrando-o à princesa Santa Joana. Cumpria a disposição testamentária de D. Álvaro de Castro que, para o efeito, doou uma quinta em zona próxima das Clarissas de Santa Marta. Por estar pouco ocupado ao tempo do terramoto de 1755 e não ter sofrido grandes estragos, serviu para abrigar as comunidades dominicanas femininas que se encontravam desalojadas, concretamente as do convento da Anunciada e do de Nossa Senhora da Rosa, ficando depois, em definitivo, a assumir funções de convento feminino da Ordem. Ampliado em 1766, veio a servir mais tarde para albergar, também, outras comunidades, como sucedeu com a do convento das Donas de Santarém. (Cf. CAMPOS, 2017: 314-315).

então, o encerramento definitivo. Dada a ausência da comunidade, parte do edifício foi concedida ao Hospital de Jesus Cristo, por Decreto de 14 de junho de 1834.

No entanto, as religiosas de Santarém que habitavam em Santa Joana tudo fizeram para regressar ao seu convento e restituir-lhe a dignidade perdida. Vamos acompanhar algumas das suas iniciativas.

3. O processo de renascimento do Convento

A extinção das ordens religiosas em Portugal em 1834, deu origem, como se sabe, a um movimento de expropriação, arrecadação, inventariação e distribuição do património móvel existente nos conventos masculinos (e nalguns poucos femininos) que, foram imediatamente encerrados¹³. As “Instruções” para cumprimento do Decreto, publicadas em 6 de junho, referem no artigo 1º que se devia “Tomar posse, sem demora, para a Fazenda Pública, de todos os bens [...]” a fim de evitar o extravio dos mesmos. O artigo 3º explicita as categorias desses bens que se pretendia inventariar, sendo os bens móveis divididos do seguinte modo: “1.º Vasos sagrados, e paramentos. 2.º Objectos preciosos não sagrados. 3.º Objectos de refeitório, cosinha, enfermaria, e mais mobília do commum. 4.º Livrarias, e manuscritos”. O artigo 6º esclarece sobre o destino a dar a esses bens: “Quanto aos moveis pertencentes ao commum, vendelos promptamente em hasta pública com excepção dos vasos sagrados, paramentos, livrarias, e objectos preciosos não sagrados; tudo o que

¹³ Foram no total 448 casas religiosas, das quais 356 masculinas e 12 femininas. Cf. SILVA, António Martins da, *Extinção das Ordens Religiosas*. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa, Centro de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, Círculo de Leitores, 2000, vol.2, p. 233.

deverá ser conservado em seguro depósito até ulterior determinação” (SILVA, 2000: 234).

A 20 de junho, foram publicadas novas Instruções sobretudo para esclarecer o encaminhamento de imagens, paramentos, objetos de culto e vasos sagrados existentes nas igrejas dos conventos os quais deviam ser guardados em lugar seguro, caso não fossem necessários nessas igrejas. De qualquer modo, deviam ser inventariados, devidamente, com relação enviada ao Tesouro Público.

Para os restantes objetos, a organização desse “seguro depósito” veio a consubstanciar-se na criação do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos (DLEC), instalado no convento de S. Francisco da Cidade, em Lisboa, competindo-lhe não apenas mandar inventariar as bibliotecas religiosas e fazer transportar os livros para Lisboa, mas também proceder de igual modo com os objetos de Arte e Ciência que se encontrassem nos conventos¹⁴. Dada a dimensão de muitas pinturas e esculturas, foi escolhido o Hospício da Terra Santa, um edifício anexo ao convento dos Franciscanos e com espaço suficiente para se albergarem os quadros aos quais se apunham uns “bilhetes” que identificavam a sua proveniência¹⁵. A grande quantidade de pinturas que foram chegando e o escasso pessoal disponível para a recolha e armazenamento, teve como consequência, ficarem quadros sem identificação. Daí saíram, a partir de 29 de agosto de 1835, para o Depósito Geral de S. Francisco da Cidade, muitas

¹⁴ Para um conhecimento mais detalhado sobre este processo v. BARATA, Paulo J.S., *Os livros e o Liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública*. Lisboa, Biblioteca Nacional, 2003.

¹⁵ De acordo com o “Quadro dos conventos com livraria, livros, quadros, painéis, metais e utensílios existentes ca 1834” os quantitativos recolhidos foram os seguintes: livros – 150548; quadros – 524; painéis – 1870; metais – 28 e utensílios – 684 (BARATA, 2003: 381-388).

pinturas provenientes, sobretudo, de conventos de Lisboa e seu termo, pois o edifício da Terra Santa fora, entretanto, designado para sede do Governo Civil de Lisboa¹⁶.

O destino a dar a este vasto e diverso património ficou ligado à ação de Passos Manuel (1805-1862) quando em 1836 ocupa o lugar de chefe do Governo¹⁷. Desenha-se, então, um plano ousado de criação de instituições ligadas à Cultura e ao Ensino, onde destacamos a criação de bibliotecas públicas e museus nas capitais de distrito e em outros locais que demonstrassem interesse e condições para os ter. Muitos foram, também, os requerimentos feitos ao Depósito e à entidade que lhe sucedeu, em 1837, a Comissão Administrativa do Depósito das Livrarias dos Extintos Conventos (CADLEC) e, após a sua extinção em 1841, à Biblioteca Nacional de Lisboa, que veio a herdar as respetivas competências. Os requerentes eram instituições religiosas e laicas, que solicitavam livros adequados às suas funções e, nalguns casos, também instrumentos científicos, quadros ou imagens.

É, precisamente, neste contexto que se enquadram as ações das religiosas do convento das Donas no sentido de restituir a dignidade que cabia ao seu convento, de onde tinham sido afastadas, mas para o

¹⁶ Aí se manteve até 2014, aquando da reforma dos governos civis sendo na atualidade a sede do Museu de Arte Contemporânea, conhecido por Museu do Chiado. Em 1835, não foi possível, logisticamente, garantir a saída imediata de todas as pinturas e painéis. Em 1836, com a criação da Academia de Belas Artes de Lisboa, assegurou-se a receção e distribuição de pinturas não só para benefício do ensino artístico, mas também para assegurar a constituição de uma Galeria Nacional de Pintura, composta com os quadros mais relevantes cujo destino veio a ser, em 1881, o Museu de Arte Antiga. As pinturas menos relevantes foram sendo distribuídas por instituições, religiosas seculares e públicas, procurando-se também vendê-las em leilão (Cf. para este assunto RODRIGUES, Rute Andreia Massano, *Entre a salvaguarda e a destruição: a extinção das ordens religiosas em Portugal e as suas consequências para o património artístico dos conventos (1834-1868)*. Tese de Doutoramento – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/29993>).

¹⁷ Para informação mais detalhada v. BARATA, 2003: 214-235.

qual estavam autorizadas a regressar. Nesse sentido, subscreveram uma carta dirigida ao Bibliotecário-mor Vasco Pinto de Balsemão, em 24 de janeiro de 1842, pedindo-lhe alguns quadros. Transcrevemos a carta, atualizando a grafia, para melhor leitura, mas mantendo as minúsculas e maiúsculas originais¹⁸:

“Ilm. ^o exm. ^o Snr.

Dizem a Sub-Prioressa, e mais Religiosas do Convento das Donas de Santarém, hoje residentes nesta Cidade no Convento de Sta Joana, que achando-se próximas a voltarem para o seu Convento por obterem do Governo de Sua Magestade a sua restituição, acontece que os quadros do seu Convento foram aniquilados por tropas nele aquarteladas¹⁹ e como hoje se torna inabitável sem os ditos, ou alguns quadros que o adornem e V. Ex.cias estejam autorizados para distribuir os dos Extintos Conventos, esperam as Sup.es serem contempladas. [Seguem-se as assinaturas]

Soror Carlota Francisca de Matos, Sub-prioressa

Soror Francisca Mariana Lúcia, Ex-prioressa

Soror Maria da Conceição

Soror Maria Gertrudes Portela, Escrivã

Soror Maria José Sousa e M.os

Soror Maria Emília Xavier Carneiro

Pedem a V.Ex.cias, se digne deferir da forma que suplicam

E.R.M. “[Esperam Real Mercê]”

A resposta positiva não podia ser mais rápida e, em 28 de janeiro, estava aprovada a Lista de quadros que consta do recibo que, em nome das religiosas, foi assinado por seu Procurador. Antes de transcrever o documento, damos algumas informações sobre a Lista. Na 1^a coluna está o número que o quadro recebera aquando do

¹⁸ Original em BNP/AH-14; transcrita no *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes. Documentos relativos à recolha e distribuição dos quadros e livros após a extinção dos conventos*. 2^a parte (IV). Lisboa, 1939, p. 33, documento XXXVIII.

¹⁹ De acordo com Paulo Barata (2003: 201) tratar-se-ia de tropas francesas quando o edifício tinha servido de aquartelamento. Não foi caso único em Portugal.

processo de incorporação; na 2ª coluna figura o número de quadros que compõem a obra (neste caso sempre preenchido com o algarismo 1); na 3ª coluna, o que se designava por representação do quadro, ou seja, o tema e na 4ª coluna está o nome do convento de onde proveio. Deve sublinhar-se que esta prática não foi, uniformemente, seguida o que impede, nestes estudos, ter um conhecimento mais detalhado e reconstitutivo sobre a origem das pinturas. Não sendo esse, felizmente, o caso ficamos a saber que quadros recebeu o convento das Donas e de onde eram originários.

A transcrição do documento²⁰ segue os princípios metodológicos acima indicados. No final, consta a data que atrás indicámos e a assinatura: “Como Procurador Luís Maria Cesário da Costa Machado”:

“RECEBI DO EX.mo SR. BIBLIOTECARIO MOR DA BIBLIOTECA NACIONAL DE LISBOA, ENCARREGADO DO DEPÓSITO DAS LIVRARIAS DOS EXTINTOS CONVENTOS, OS QUADROS ABAIXO DESIGNADOS PARA AS RELIGIOSAS DO CONVENTO DAS DONAS DE SANTARÉM, A SABER:

N.os	Quadros	Representação dos quadros	Conv. tos a q. pertenceram
371	1	Jesus Cristo em contemplação	Graça
536	1	St.o António	Seminário de Brancanes
574	1	O Senhor da Cana Verde	Graça
530	1	S. Jerónimo	S. Paulo de Alferrara
92	1	N. Senhora e o Menino	Sem designação de convento
511	1	O Senhor no Horto	Xabregas, digo Trindade
524	1	O Santo Eremita	Xabregas
599	1	Representando um Martírio de Cristo	S. Vicente
1198	1	Um Religioso	Barbadinhos Italianos

²⁰ Original em BNP/AH-33; transcrito no citado *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*, pp. 34-35, documento XXXIX.

Fernanda Maria Guedes de Campos

546	1	O Menino Jesus	N. do Livramento
595	1	S. Romualdo	S. Romualdo ²¹
523	1	S. António	Seminário de Brancanes
583	1	S. António	S. Bento da Saúde
520	1	O Martírio de um Santo	Graça
53	1	N. Senhora e o Menino, e uma Freira	Sem designação do Convento
18	1	Um Bispo diante de um Imperador	S. Vicente
22	1	N. Senhora, o Menino, e S. José	N. S. ^a da Boa Hora, de Belém
30	1	S. Francisco tirando as almas do Purgatório	S. Francisco de Santarém
318	1	O Senhor no Horto	Corpus Christi
317	1	O Senhor no Horto	Corpus Christi
319	1	Idem	Idem
352	1	O Senhor morto	Idem, digo Cartuxa de Laveiras
354	1	Cristo e dois Apóstolos à mesa	S. Bento da Saúde
54	1	N. S. Cristo e vários religiosos	Sem designação de convento
6	1	O Martírio de um Santo	Casa do Espírito Santo

Ao total de 25 pinturas ainda vieram juntar-se mais 13, conforme recibo das religiosas datado de 4 de fevereiro do mesmo ano. A remessa incluiu um sacrário de madeira, pintado de branco com filetes dourados. Transcrevemos, de seguida, o documento²²:

“AS ABAIXO ASSINADAS SUBPRIORESAS, ESCRIVÃ, E MADRES DO GOVERNO DO CONVENTO DAS DONAS DA VILA DE SANTARÉM, DECLARAMOS TER RECEBIDO DO EX.mo SNR. BIBLIOTECÁRIO MOR DA BIBLIOTECA NACIONAL DE LX.^a E ENCARREGADO DA DIREÇÃO DO DEPÓSITO DAS LIVRARIAS DOS EXTINTOS CONVENTOS OS QUADROS INFRA MENCIONADOS

²¹ A proveniência está errada. Não existe convento ou mosteiro de S. Romualdo (cf. CAMPOS, 2017: 509-513). Ao fazer-se a lista, por lapso, foi repetido, na coluna da proveniência, o nome do santo representado no quadro.

²² Original em BNP/AH-33; transcrito no citado *Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes*, p. 36, documento XLI.

BEM COMO UM SACRÁRIO DE MADEIRA, PINTADO DE BRANCO COM FILETES DOIRADOS²³.

N.os	Quadros	Representação dos Quadros	Conv.tos a q. pertenceram
37	1	N. Snr. ^a , um St. ^o e vários Anjos	Não declara
20	1	Assunção	Idem
15	1	Cristo, S. João e vários Anjos	Idem
808	1	Bispo de Cochim	St. ^o António dos Capuchos
838	1	Dito do Algarve	Carmo
1203	1	Cardeal	S. Domingos
1201	1	Dito	Idem
900	1	Arcebispo	Cartuxa das Laveiras
800	1	Bispo do Maranhão	S. Domingos
841	1	Dito de Penafiel	Carnide
843	1	Bispo	Necessidades
642	1	Santo do Carmo	Não declara
846	1	Bispo de Angola	S. Domingos
Total	13		

O recibo está assinado por:

Soror Carlota Francisca de Matos, Subprioresa

Soror Francisca Mariana Lúcia de Almeida, Ex Prioresa

Soror Maria da Conceição Xavier

Soror Maria Gertrudes Portela São Romão, Escrivã

Soror Maria José da Madre de Deus

Soror Maria Emília Xavier Carneiro”

²³ O Convento das Donas recebeu, ainda, uma imagem de jaspe, representando S. José [Recibo de entrega datado de 30 de outubro de 1842]. Original em BNP/AH-33. Referido em BARATA (2003: 201, nota 726). Nessa data foram recebidos, também, livros litúrgicos destinados à igreja [Recibo assinado por Soror Carlota Francisca de Matos, Subprioresa, Soror Francisca Mariana Lúcia de Almeida, Ex prioresa e por Soror Maria Emília Xavier Carneiro]. Original em BNP. MSS. 208, nº 70. Referido em BARATA (2003: 262).

4. Um olhar sobre os quadros do renovado Convento das Donas

A primeira lista

Estas duas listas permitem-nos algumas afirmações e também algumas reflexões. Em primeiro lugar são demonstrativas de um serviço eficiente prestado pela Biblioteca Nacional de Lisboa, no sentido de encaminhar peças do espólio artístico que pertencera aos conventos extintos para instituições idóneas. Como atrás dissemos, foram muitos os pedidos feitos por entidades coletivas e particulares²⁴. A escolha era feita pelo pessoal afeto a estas atividades e, como tal, no caso das religiosas dominicanas de Santarém, não se mencionam “representações” específicas, antes se aceitam os quadros que lhes são dispensados.

Uma segunda observação tem a ver com o tema representado nos quadros e, aqui, vamo-nos deter com mais pormenor. A primeira lista privilegia cenas da Paixão de Cristo, sendo o “Senhor no Horto” objeto de quatro quadros, três dos quais se afirma terem vindo do convento de Corpus Christi de Lisboa²⁵. O restante veio do convento da Trindade, provavelmente o de Lisboa²⁶. Outras pinturas complementam o tema, desde logo um “Senhor da cana verde” e um “Jesus Cristo em contemplação”, ambos provenientes do convento de Nossa Senhora da Graça, sem indicação de local, presumindo-se ser o

²⁴ Para uma visão sobre a dimensão deste movimento cf. os “Quadros de instituições e particulares beneficiários dos livros, quadros e objetos do DLEC (1838-1841) em BARATA (2003: 402-409).

²⁵ Convento da Ordem dos Carmelitas Descalços, foi fundado pela rainha D. Luísa de Gusmão, em 1648, em ação de graças por ter o rei D. João IV escapado ileso a um atentado que ocorrera durante a procissão de *Corpus Christi*, em 1647 (CAMPOS, 2017: 341 e 343).

²⁶ Convento da Ordem da Santíssima Trindade, foi fundado em 1218, por iniciativa de D. Afonso II e seguiu-se ao convento da Trindade de Santarém, o primeiro desta Ordem no território português (1208). Era cabeça da Ordem. (*Ibid.*: 380-381).

de Lisboa²⁷. A série continua com um “Cristo e dois apóstolos à mesa” que viera do mosteiro de S. Bento da Saúde²⁸, em Lisboa, um “Martírio de Cristo” de S. Vicente de Fora²⁹, também em Lisboa e “O Senhor morto”, proveniente do convento da Cartuxa de Laveiras³⁰.

Ainda na primeira lista sobressaem outros momentos da vida de Jesus, desde logo no quadro “O Menino Jesus” proveniente do convento de Nossa Senhora do Livramento³¹, em Lisboa, e continuando com “Nossa Senhora e o Menino”, sem registo de origem, “Nossa Senhora, o Menino e S. José”, vindo do convento de Nossa Senhora da Boa Hora, de Belém³² e, certamente por ter parecido adequado ao convento das Donas, um quadro representando “Nossa Senhora e o Menino e uma Freira”³³, cuja origem era desconhecida. Entre os santos retratados destacam-se três representações de Santo António, sendo duas com proveniência do convento e seminário de Nossa Senhora dos Anjos de Brancanes (Setúbal)³⁴ e outra do

²⁷ Convento da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, foi fundado em 1256 e teve origem numa Ermida, da invocação de Nossa Senhora do Monte, datada de 1147. Era cabeça da Ordem. (*Ibid.*: 354-355).

²⁸ Mosteiro da Ordem de S. Bento, foi fundado nos finais do século XVI e povoado em 1615, sendo um dos últimos mosteiros beneditinos erigidos em Portugal. (*Ibid.*: 51 e 68).

²⁹ Mosteiro da Ordem dos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, foi fundado em 1147 por iniciativa de D. Afonso Henriques, na sequência da conquista de Lisboa (*Ibid.*: 115 e 124).

³⁰ Convento da Ordem da Cartuxa, foi fundado em 1598, com a invocação de Santa Maria *Vallis Misericordiae*, tendo constituído com o convento de Santa Maria *Scala Coeli* de Évora, os únicos que a Ordem teve em Portugal. (*Ibid.*: 391-392).

³¹ Convento da Ordem da Santíssima Trindade, foi fundado em 1698 e a sua invocação, invulgar na Ordem, resultou da escolha do fundador por se ter “livrado” de uma acusação. (*Ibid.*: 381 e 386).

³² Convento da Ordem dos Eremitas Descalços de Santo Agostinho, foi fundado cerca de 1760 e um dos últimos desta Ordem. (*Ibid.*: 377).

³³ Pela temática, poderá tratar-se de um quadro proveniente de algum dos conventos femininos que encerraram precocemente.

³⁴ Convento da Ordem dos Frades Menores-Província dos Missionários Apostólicos, foi fundado em 1682. (*Ibid.*: 250).

mosteiro de S. Bento da Saúde. De S. Paulo de Alferrara³⁵ foi entregue um “S. Jerónimo”. Consta da lista um “S. Romualdo” cuja proveniência, como referimos antes, está errada. Há ainda a assinalar dois quadros representando “O martírio de um santo”, sem identificação de qual, um proveniente do convento da Graça e outro da Casa do Espírito Santo³⁶. Também sem identificação figuram um quadro representando “O Santo Eremita”, outro “Um Religioso”, vindos, respetivamente de Xabregas³⁷ e dos Barbadinhos Italianos³⁸ e, ainda, do mosteiro de S. Vicente de Fora, “Um Bispo diante do Imperador”. Deixámos para o fim o quadro de “S. Francisco tirando as Almas do Purgatório” que, tendo pertencido ao convento de S. Francisco de Santarém³⁹, regressava, assim, à vila onde antes estivera.

A segunda lista

A proximidade das datas de uma e outra lista mostra-nos que as religiosas do convento das Donas procuraram ampliar o número de

³⁵ Hospício da Ordem de S. Paulo Primeiro Eremita, teve a sua origem numa experiência eremítica no século XIV e foi refundado em 1578, aquando da reforma da Ordem. Foi também conhecido por mosteiro de Nossa Senhora da Consolação. (*Ibid.*: 96).

³⁶ Casa congreganista dos padres da Congregação do Oratório de S. Filipe Néri, foi a primeira fundação em Portugal, no ano de 1668 e na cidade de Lisboa. (*Ibid.*: 428 e 430).

³⁷ Existiam dois conventos em Xabregas (Lisboa): o convento de S. Francisco da Ordem dos Frades Menores e sede da Província dos Algarves (1455) e o convento de S. Bento, mais conhecido por convento do Beato, que pertencia à Congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista, designados geralmente por Lóios (1456). Não sabemos de qual deles terá vindo o quadro.

³⁸ Convento de Nossa Senhora da Conceição da Porciúncula da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, de proveniência italiana, instalaram-se em Lisboa, numa ermida em 1689 e depois em convento a partir de 1742. (CAMPOS, 2017: 297-298)

³⁹ Convento da Ordem dos Frades Menores-Província de Portugal, datado de 1242 sendo o último de uma série de conventos franciscanos que surgiram no reinado de D. Sancho II. Deve a este monarca a iniciativa fundacional tendo gozado da especial proteção do rei D. Fernando que o escolheu para sua sepultura e de sua mãe, a rainha D. Constança. (*Ibid.*: 157 e 162).

quadros que se destinavam aos habituais espaços, como igreja, eventuais capelas, sacristia e sala capitular, sem excluir outras salas e o refeitório, eventualmente. Também já referimos que receberam um sacrário e uma imagem de S. José.

Nesta segunda lista, mais pequena, parece que se observaram critérios diferentes na escolha das “representações”. Em primeiro lugar, há um número expressivo de quadros de figuras cimeiras da hierarquia da igreja. Constam um “Bispo de Cochim” proveniente do convento de Santo António dos Capuchos⁴⁰, um do Algarve que viera do convento do Carmo, presumivelmente o de Lisboa⁴¹, um de Penafiel com origem no convento de Carnide⁴² e um bispo e um arcebispo não identificados, provenientes, respetivamente da casa das Necessidades⁴³ e da Cartuxa de Laveiras. Os quatro quadros de temática mais conforme à da primeira lista, a saber, “Nossa Senhora, um Santo e vários Anjos”, “Assunção”, “Cristo, S. João e vários Anjos” e um “Santo do Carmo”, não referem a proveniência.

No conjunto destacamos, em especial, um “Bispo do Maranhão”, um “Bispo de Angola” e dois quadros representando cardeais por terem como origem o convento de S. Domingos, presumivelmente o de Lisboa⁴⁴. Repare-se que na lista anterior não constava nenhum quadro proveniente de conventos da Ordem dos

⁴⁰ Convento da Ordem dos Frades Menores-Província de Santo António, foi fundado em Lisboa, no ano de 1570. Era um edifício de grande porte e com vastas cercas. (*Ibid.*:223 e 228).

⁴¹ Convento da Ordem do Carmo, foi fundado no ano de 1389, por iniciativa do condestável D. Nuno Álvares Pereira. (*Ibid.*: 330-335).

⁴² Convento de S. João da Cruz de Carnide (Lisboa), da Ordem dos Carmelitas Descalços, foi fundado em 1681. O bispo de Penafiel retratado no quadro era, por certo, D. Frei Inácio de S. Caetano (1718-1788) membro da Ordem, que ascendeu ao cargo em 1770. (*Ibid.*: 350).

⁴³ Casa de Nossa Senhora das Necessidades, da Congregação do Oratório, foi fundada em Lisboa no ano de 1747, incorporando não só o espaço comunitário e igreja, mas também um paço real e uma grande cerca. (*Ibid.*: 428 e 431)

⁴⁴ Convento de S. Domingos, da Ordem dos Pregadores, fundado em 1242, foi cabeça da Ordem em Portugal. (*Ibid.*: 318).

Pregadores, a mesma a que pertenciam as Donas de Santarém. Teria havido algum pedido explícito que não ficou por escrito? Foi intenção da direção da Biblioteca Nacional de Lisboa e/ou do pessoal encarregue da escolha, no sentido de adequar alguns dos retratados, possivelmente Dominicanos, ao convento a que se destinavam? Ou meramente coincidência? São perguntas que ficam sem resposta e que apenas pretendem levantar hipóteses que carecem, obviamente, de testemunhos documentais.

5. Os últimos anos do Convento das Donas

Não terão sido fáceis os anos que decorreram entre o regresso ao edifício conventual e a sua extinção em 1895. Impedidas, legalmente, de aceitar noviças, tal como as outras casas religiosas femininas que sobreviveram a 1834, deixavam de ter uma das suas mais importantes fontes de financiamento. Acresce que, em 1834, a rainha D. Maria II tinha concedido uma parte do edifício ao Hospital de Jesus Cristo que ficava próximo ao convento.

Sabemos que, em 1857, o arquiteto e arqueólogo Joaquim Possidónio da Silva propôs, sem efeitos, que se instalasse no edifício um museu lapidar. Por sua vez, a Misericórdia de Santarém requereu a doação do convento, em 1874, para instalar os asilos que supervisionava. Em 1891, instala-se no edifício a Associação Protetora dos Menores Pobres, que ficaria a cargo das religiosas. Três anos depois, foi demolida uma parte do edifício e, em 1895, morre a última freira, Soror Carlota Francisca de Matos que tínhamos visto a assinar os pedidos dos quadros em 1842, na sua qualidade de subpriora⁴⁵.

⁴⁵ O edifício e cerca foram concedidos a um Colégio de Instrução e Educação para Meninas Pobres e, em 1896, o convento é devastado por um incêndio. Tal não impediu que nele se instalassem, já no século XX, diversos aquartelamentos militares, tendo desaparecido os

De notar que já em 1864, no cumprimento do Decreto de 2 de outubro de 1862 e da Portaria do Ministério do Reino de 29 de janeiro de 1864, os documentos pertencentes ao cartório do convento tinham sido transferidos do cartório da Direcção-Geral dos Próprios Nacionais para o Arquivo da Torre do Tombo, conforme atesta a relação assinada por Roberto Augusto da Costa Campos e Feliciano João Teixeira, e por Soror Carlota Francisca de Matos, então priora e Soror Maria Emília Xavier Carneiro, que desempenhava as funções de escritã. Foram transferidos os dois livros de registo contendo 229 documentos relativos a propriedades, parte do séc. XVI, parte de anos posteriores a 1600⁴⁶.

À data da extinção do convento foi feito, como habitualmente, um inventário sumário dos bens. Relativamente ao processo de arrecadação, afirma Paulo J.S. Barata: “Tudo nos leva a crer que o património documental dos conventos femininos – biblioteconómico e arquivístico, ou seja, livrarias e cartórios – terá sido arrolado, juntamente com o restante património móvel, pelas Repartições da Fazenda dos respectivos distritos, após o que terá sido seleccionado e

vestígios de vida conventual e religiosa em 1947. A dimensão ampla do edifício serviria de sede ao Quartel da Polícia de Segurança Pública (Cf. DIREÇÃO GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL. Convento das Donas, SIPA-Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6763)

⁴⁶ V. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, *Mosteiro de S. Domingos das Donas de Santarém*. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4380755>. Para conhecimento mais detalhado sobre a documentação do cartório do convento v. ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, *Ordem dos Pregadores: Mosteiro de São Domingos das Donas de Santarém: Instrumento de descrição arquivística L 768*. 2020. Disponível em: <https://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2020/12/ID-L-768-PT-TT-MSDDS-2020-v2.pdf>

entregue, visando o seu destino final e a sua conservação permanente, à Inspeção-Geral de Bibliotecas e Arquivos”⁴⁷.

Segundo o mesmo autor, o convento de S. Domingos das Donas tinha ao tempo da extinção (20 de abril de 1895) 582 livros e 17 códices que foram arrecadados em 7 de maio desse ano (ibid., p. 149). Em princípio, como atrás se disse, os livros eram encaminhados para a Inspeção Geral de Bibliotecas e Arquivos, mas em vários casos ficaram na localidade e seguiram para a respetiva biblioteca pública. Os cartórios iam para a Torre do Tombo, mas a criação de arquivos distritais veio facilitar que, pelo menos uma parte da documentação, permanecesse *in loco*⁴⁸. Quanto aos objetos litúrgicos e de culto ficavam na mão da Igreja secular o que podia incluir Missais e outras obras que dissessem respeito à liturgia. Os objetos artísticos iam para museus locais⁴⁹ ou para o Museu das Belas Artes de Lisboa.

⁴⁷ As livrarias dos mosteiros e conventos femininos portugueses após a sua extinção: uma aproximação a uma história por fazer. *Lusitania Sacra*, 24 (Jul.-Dez. 2011), p. 128.

⁴⁸ No “Guia de fundos” do Arquivo Distrital de Santarém Disponível em: https://adstr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/3/2013/08/GUIA-DE-FUNDOS_ADSTR.pdf, encontramos na p. 14 a referência: “Convento de São Domingos das Donas de Santarém 1375-1895 3 m.l. (40 liv., 2 perg.)”.

⁴⁹ No Museu de Alporão, em Santarém, temos conhecimento das seguintes peças que fizeram parte do Convento das Donas: “Fragmento de um sarcófago (Nº de Inv. MMS-000450/ME); frente de um sarcófago (MMS-000477/TU); brasão com motivos heráldicos religiosos (MMS-001676/ME); pia para água benta (MMS-001674/EA); brasão da ordem de São Domingos (MMS-000715/HE); pedra de armas dos Telles de Menezes; lápide sepulcral de Fernão Telles de Menezes e da sua família (MMS-000616/TU); lápide sepulcral de Martim Afonso de Castro e de sua família (MMS-001581/EP); lápide sepulcral de Fernão Telles da Silveira, 1º conde de Unhão e de sua mulher (MMS-000207/EP); pedra de armas de Pedro Correa de Andrade (MMS-001561/HE); lápide comemorativa da instituição da capela de Pedro Correa de Andrade (MMS-001580/EP); monumento comemorativo da sepultura de Martim Afonso de Castro (MMS-000208/TU); monumento comemorativo da sepultura de Fernão Telles da Silveira, 1º conde de Unhão (MMS-000209/TU); painel de azulejos com a representação do nascimento da Virgem (MMS-001649/AZ); painel de azulejos com a representação do casamento da Virgem (MMS-001983/AZ); painel de azulejos com a representação da Anunciação e Assunção da Virgem (MMS-001982/AZ). Na capela-mor da igreja do convento guardavam-se os túmulos de Martim Afonso de Castro, vice-rei da Índia e de sua mulher D. Margarida de

6. Conclusão

Procurámos, neste pequeno estudo de caso, contextualizar historicamente o convento das Donas de Santarém e trazer ao conhecimento a ação empreendida pelas dominicanas, em 1842, no sentido de recuperar o seu convento e de o tornar habitável e condigno, recorrendo ao pedido de pinturas que tinham pertencido a conventos masculinos e que se encontravam depositadas no extinto convento de S. Francisco da Cidade, em Lisboa. Por se tratar de um caso pouco frequente, apresentámos, em linhas gerais, o que foram os caminhos (quando não descaminhos...) que o património conventual e monástico percorreu após a extinção das ordens religiosas em 1834. As 38 pinturas que receberam, em 1842, foram encontrar uma nova finalidade representativa e provieram de diversos conventos e mosteiros, ganhando uma nova vida, ainda que, de curta duração.

Quanto às pinturas, apresentámo-las com referência aos documentos originais, hoje na Biblioteca Nacional de Portugal, mas transcrevendo-os como estão no Anexo-Documentos do “Boletim da Academia Nacional de Belas-Artes” (1939). Não é comum encontrarem-se listas de quadros onde se refere a proveniência. Assim, se nos interessou a iniciativa das Donas, obrigadas a deixar o seu convento em 1833 e autorizadas a regressar 9 anos depois, também nos interessou dar a conhecer a origem daquelas pinturas, ou seja, de que conventos vieram. Ainda que seja singela a descrição das representações e, não raro, pouco esclarecedora, não quisemos deixar de as analisar e fazer sobressair possíveis agregações temáticas que ficam, de certo modo, sugeridas nas escolhas. Questão final: onde

Távora e do primeiro conde de Unhão e de sua mulher, D. Francisca de Castro”. (Informação relativa a 1999. Cf. DIREÇÃO GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL. Convento das Donas, SIPA-Sistema de Informação para o Património Arquitectónico. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6763).

estarão os quadros e o impressionante número de livros que também podem ter obtido a partir do espólio bibliográfico dos conventos masculinos? É um desafio que fica para outras investigações. Vale, para já, a história corajosa deste grupo de religiosas que quis fazer renascer o seu convento e, em especial, da figura da sua subpriora, depois priora, Soror Carlota Francisca de Matos, que subscreveu o pedido e os recibos dos quadros em 1842 e foi a última religiosa do convento, tendo falecido em 1895.

Bibliografia

BARATA, Paulo J.S., As livrarias dos mosteiros e conventos femininos portugueses após a sua extinção: uma aproximação a uma história por fazer. *Lusitania Sacra*, 24 (Jul.-Dez. 2011), p. 125-152.

BARATA, Paulo J.S., *Os livros e o Liberalismo: da livraria conventual à biblioteca pública*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 2003.

BEIRANTE, Maria Ângela, *Santarém medieval*, Lisboa, Universidade Nova-Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, 1980.

BOLETIM DA ACADEMIA NACIONAL DE BELAS-ARTES. Documentos relativos à recolha e distribuição dos quadros e livros após a extinção dos conventos. 2ª parte (IV). Lisboa, Academia Nacional das Belas Artes, 1939.

CAMPOS, Fernanda Maria Guedes de, *A ordem das Ordens religiosas: roteiro identitário de Portugal (séculos XII-XVIII)*, Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2017.

CARTA DE D. AFONSO IV DE PRIVILÉGIO AO MOSTEIRO DE SÃO DOMINGOS DE SANTARÉM (1328). ANTT, Junta das Confirmações Gerais, Maço 11, Doc. 12. Publicado em: *Fragmenta Historica*. 9 (2021), p. 99-100. Transcrição de Inês Olaia.

CASANOVA, Maria da Conceição, Convento de S. Domingos em Santarém na época de S. Frei Gil. In: CONGRESSO DE S. FREI GIL DE SANTARÉM E A SUA ÉPOCA, *Actas*. Santarém, Câmara Municipal, 1997, p. 87-97.

COUTO, Inácio Xavier do, OSST, *Romance feito à ruína do Convento de Sam Domingos das Donas da villa de Santarém [...], dado à luz pelo Reverendo Padre Jozé de Oliveira Barreto*. [S.l., s.n., 1748?].

DIAS, Paula Barata, Para uma compreensão da Clausura Monástica e Emparedamento enquanto fenómenos históricos e religiosos. *Medievalista*, 18 (2015). <https://doi.org/10.4000/medievalista.1127>

FONTES, João Luís Inglês, ANDRADE, Maria Filomena, RODRIGUES, Ana Maria, Mosteiros e conventos no Portugal medieval: vida espiritual e lógicas de implantação. *Summa*, 15 (Primavera 2020), p. 8-34.

FONTES, João Luís Inglês, ANDRADE, Maria Filomena, SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva, Frades, monjas e reclusas: os primórdios da presença mendicante em Santarém medieval. In: *Clarisas y domínicas: modelos de implantación, filiación, promoción y devoción en la Península Ibérica, Cerdeña, Nápoles y Sicilia*. Firenze, Reti Medievali, University Press, 2017, p. 383-405.

FRANCO, Simão Nunes Rangel da Silva, *Ao M. Reverendo Senhor Fr. Ignácio Xavier do Couto, autor do Romance feito à ruína do Convento [...] oferece Simão Nunes Rangel da Sylva Franco, dado à luz por mão do Padre António Caetano de Seixas, o seguinte romance indicasilabo*. [S.l., s.n., 1748?].

MATOSO, Luís Montês, *Santarém ilustrada*. Transcrição do texto e estudo introdutório Martinho Vicente Rodrigues. Santarém, Junta de Freguesia de Marvila, 2011.

Fernanda Maria Guedes de Campos

RODRIGUES, Rute Andreia Massano, *Entre a salvaguarda e a destruição: a extinção das ordens religiosas em Portugal e as suas consequências para o património artístico dos conventos (1834-1868)*. Tese de Doutoramento – FL-JUL, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/29993>.

SANTOS, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva, Os primórdios da presença dominicana em Portugal, 1220-1418. In: *Os Dominicanos em Portugal, 1216-2016*. Lisboa, UCP-CEHR, 2018, p. 9-26.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *Santarém: história e arte*. Ed. facsimilada, Lisboa, Academia Portuguesa da História, 2011.

SERRÃO, Vítor, *Santarém*. Lisboa, Presença, 1990.

SILVA, António Martins da, Extinção das Ordens Religiosas. In: AZEVEDO, Carlos Moreira, dir, *Dicionário de História Religiosa de Portugal*. Lisboa, CEHR-UCP, Círculo de Leitores, 2000, vol.2, p. 232-236.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e, dir., *Ordens religiosas em Portugal: das origens a Trento: guia histórico*. 3ª ed. Lisboa, Livros Horizonte.

VIANA, Mário, *Espaço e povoamento numa vila portuguesa (Santarém 1147-1350)*. Casal de Cambra, Caleidoscópio, 2007.

Recursos eletrónicos

ARQUIVO DISTRITAL DE SANTARÉM, *Guia de fundos*. Disponível em: https://adstr.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/3/2013/08/GUIA-DE-FUNDOS_ADSTR.pdf

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, *Mosteiro de S. Domingos das Donas de Santarém*. Disponível em: <https://digitarq.arquivos.pt/details?id=4380755>.

ARQUIVO NACIONAL DA TORRE DO TOMBO, *Ordem dos Pregadores: Mosteiro de São Domingos das Donas de Santarém: Instrumento de descrição arquivística L 768*. 2020. Disponível em: <https://antt.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/17/2020/12/ID-L-768-PT-TT-MSDDS-2020-v2.pdf>

DIREÇÃO GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL. Convento das Donas, SIPA-Sistema de Informação para o Património Arquitetónico. Disponível em: http://www.monumentos.gov.pt/Site/APP_PagesUser/SIPA.aspx?id=6763.